ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SÔBRE O PROBLEMA DA REVISÃO DA HISTÓRIA

LUÍS DE BARROS

As grandes transformações sociais, políticas e econômicas que o mundo tem atravessado indicam, positivamente, que há necessidade urgente de uma séria revisão na história, tantas vêzes escrita superficialmente, sem pesquisas e estudos, eivada de preconceitos de tôda a casta.

Examinar um fato histórico sem compreender suas ligações com a geografia, economia, sociologia, geopolítica, filosofia e outras ciências, é fazer apenas um trabalho de fácil improvisação, que tem tornado essa ciência, para observadores superficiais, apenas como sendo a "mentira oficializada".

Êsse conceito é injusto e deprimente.

Mas, ao menos, devia fazer compreender aos que escrevem ou pretendem escrever sôbre fatos históricos que essa tarefa é árdua e complexa, que exige aturados estudos e conhecimentos sempre renovados.

Entretanto, é forçoso convir que inúmeras pessoas, não habilitadas para tão importante mister, publicam trabalhos rotulados de históricos, deturpando o passado, emitindo verdades, realizando quando muito magras compilações, geralmente, sem nenhum critério, amontoando datas e fatos sem nenhuma sistematização. E, por tudo isso, passam à categoria de historiadores.

Ora, a história principiou ligada a legendas.

Heródoto, Plutarco, Tito Lívio e Tácito, cronològicamente os primeiros historiadores, não sabiam separar fatos verídicos de fatos lendários, considerando a história como mero pretexto para dissertações recheadas de pura eloqüência. Não tinham como objetivo proclamar

a verdade e faziam mais obra de estética que trabalho de interpretação e de análise.

Êsses conceitos, explicáveis na infância da história, foram, aos poucos, se modificando.

E essa ciência depois passou a ser alicerçada em documentos, cartas, livros, mapas, moedas, medalhas, pedindo subsídios à filologia comparada, à geografia, à economia, à sociologia, à filosofia e outros ramos do conhecimento humano.

Deixou de ser trabalho de meras descrições para se tornar uma visão globalizada do passado, usando rigorosos processos de seleção de documentos.

César Cantu, Oliveira Martins, Vico, Nieburh, Tierri, Michelet, Taine, Ranke, Guizot, Thiers, Foustel de Coulanges, Alexandre Herculano e inúmeros outros deram novas interpretações e métodos ao estudo da história.

Tendo os atuais historiadores tantas fontes para o estudo do passado e podendo fazer uso de apreciável soma de experiência, nada justifica mais tantos erros e falhas cometidos outrora e nos dias que correm.

II — O VALOR DO PASSADO

É êrro grave querer reviver o passado em todos os seus estilos de vida, não se admitindo nenhuma transformação operada pelo tempo.

Mas, igualmente condenável deve ser o falso ponto de vista que despreza o passado e esquece a tradição, que outra cousa não é senão a transmissão de cultura e de experiência.

O grande poeta e escritor compreendia admiràvelmente isso quando afirmava: "Não sei bem o que é que é novo, em face dêste velho planêta, onde, há mais de dez mil anos, já havia a mesma agitação e o mesmo tumultuar desta mesma humanidade. Mas, um dos maiores perigos da ambição humana é justamente essa ânsia exagerada da novidade, com o esquecimento das velhas cousas já sabidas, que são o patrimônio da espécie, acumulado de século em século. NÃO PODE AMAR O PROGRESSO QUEM NÃO AMA A TRADIÇÃO. E só há um meio de glorificar a humanidade: é lembrar a todo o momento o que ela foi, e recordar as incontáveis estações do trabalho que ela percorreu". (1).

Nada poderíamos usufruir hoje se não fôsse o trabalho multissecular de tôdas as gerações que nos precederam. Qualquer invenção ou

(1) — *Olavo Bilac, "Conferências Literárias", 2a. edição, Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro,* 1930, *pág.* 251.

descoberta, caso não fôsse ensinada a outros, não podia ultrapassar a vida do seu autor, tornando-se, assim, inteiramente inócua para a vida do futuro.

Os rudimentos da física, química, astronomia, matemática, medicina e de outras ciências devemos a egípcios, assírios, caldeus, gregos, romanos e outros povos.

Desde que surgiu, na face da terra, que o homem luta contra a natureza para se apropriar de recursos, fôrças e elementos para melhorar as condições de sua vida.

Entretanto, é pueril querer o imobilismo, a estagnação, a paralisação de tôdas as atividades humanas, em nome da tradição.

Povos como o chinês, atacados, no século passado, por europeus ambiciosos e cupidos, muito tiveram que sofrer pòrque lhes repugnava alterar condições de vida inadequadas, em face de novas perspectivas históricas. Entretanto, o japonês verificou que só uma reforma interna séria e profunda poderia livrar seu país do imperialismo europeu, realizando a grande transformação empreendida pelo imperador Mutsuhito no ano de 1868. E, pouco tempo depois, o Japão derrotava, espetacularmente, a China e a Rússia.

Vendo êsse resultado e adotando processos idênticos, a China também se transformou e, hoje, é uma grande potência.

O povo inglês tem sabido adotar grandes reformas e é essencialmente tradicionalista. O resultado é que, quando as condições do mundo se transformaram e a industrialização, iniciada na Europa, desbordou em outros continentes, o império britânico declinou, mas sem os abalos e os percalços que têm acompanhado, inevitàvelmente, o declínio de outros povos antigos e modernos.

O grande escritor Eduardo Prado, tão esquecido hoje, explica a respeito: "O amor do passado é um sentimento atribuído pela opinião vulgar sòmente à senilidade queixosa e enfatuada. Eis aí uma opinião que envolve um êrro, e, como todo êrro, também uma injustiça. Desprezar o passado (é a mais forte expressão do desprêzo por alguma cousa, é não querer conhecê-la) denota no indivíduo degradação intelectual. E, num povo, êsse sentir demonstra que êsse povo ainda está em estado de infantil selvageria, porque, diz Cícero, ignorar o sucedido antes de nós é a nossa condenação a sermos crianças perpètuamente. E de que vale, pergunta ainda o mesmo Cícero, a vida do homem se a lembrança dos fatos anteriores não ligar o presente ao passado?"

"Os povos, representantes das grandes civilizações, são povos veneradores dos antepassados e respeitadores dos seus usos. Quer na grandeza do mundo de Roma, quer na própria imobilidade da China, que é a expressão histórica de uma filosofia feita política, e, nos tempos modernos, na dominadora expansão da Inglaterra, encontramos,

como virtude característica dos criadores daqueles e dêstes grandes impérios —, o amor do passado".

"Os povos infelizes, porém, que se deixam dominar por um sentir vil e guiar por um enxergar estreito, são os únicos que consentem nessa odiosa mutilação de sua existência, quando renegam o passado de que provêm". (2).

Infelizmente, para nós, o estudo de nosso passado é negligenciado ao extremo. Grande parte de escritores nacionais, poetas, historiadores, romancistas, teatrólogos, ensaístas são mal conhecidos, apreciados de oitiva, quando não esquecidos, desdenhosamente.

Vários fatôres negativos concorrem para êsse resultado.

Um dêles é a preferência excessiva dada a livros e autores estrangeiros, a ponto de ser difícil se encontrar livros de certos autores brasileiros em nossas livrarias.

Entre muitos escritores meio-esquecidos podem ser citados Teixeira e Sousa, Franklin Távora, Gomes de Sousa, França Júnior, Carlos de Laet, Jackson de Figueredo, Visconde de Ouro Prêto, D. Luiz de Bragança, Couto de Magalhães, Varnhagen, Oliveira Lima, Barbosa Rodrigues, Martins Pena, Alberto Tôrres e inúmeros outros.

É observado também que os descendentes ou parentes de nossos melhores escritores não têm o cuidado de reeditar seus trabalhos, concorrendo assim para êsse grande mal.

Constitui honrosa exceção a operosidade de Afonso Taunay, que reeditou muitos trabalhos de seu ilustre progenitor, o Visconde de Taunay, e dos descendentes do grande poeta Luiz Delfino.

Só alguns escritores como Machado de Assis, José de Alencar, Castro Alves, Tobias Barreto, Fagundes Varela, Afrânio Peixoto, Joaquim Nabuco, Monteiro Lobato e outros tiveram obras completas publicadas.

Enquanto isso ocorre, publica-se muita cousa de inferior qualidade e procede-se como se o Brasil não tivesse um passado a zelar.

Por outra, o ensino de história do Brasil, tal como vem se fazendo no curso ginasial e científico, é simplesmente absurdo. No 1º ano ginasial ensina-se história do Brasil, no 2º, história da América, no 3º, história geral e no 4º, história geral e do Brasil, simultâneamente, em um programa absurdo, quilométrico, com mais de 80 pontos, verdadeiro suplício de professôres e alunos.

No curso científico, no 1º ano leciona-se História Antiga e no 2º e 3º, História Geral e História do Brasil, com aulas fixadas a critério dos estabelecimentos de ensino de 2 a 4 por semana, resultando daí que os colégios sempre as fixam em duas semanais. Dêste modo, fica o professor sem tempo algum para ensinar, proficientemente, nem

(2) — *Eduardo Prado, "Coletâneas", 3º tomo, pág.* 118.

História Geral, nem História do Brasil, com um programa enorme e verdadeiramente inexequível, obrigado a dar duas notas por mês, duas provas parciais no meio e no fim do ano e também duas provas orais, tendo que fazer uma verdadeira ginástica para acudir e prover às conveniências do ensino ante tal balbúrdia pedagógica...

Não admira, pois, que decorrente destas causas tenhamos uma noção confusa do nosso passado, dos vultos e fatos mais significativos de nossa história, dos grandes problemas nacionais.

III — A CONSPIRAÇÃO CONTRA A VERDADE

Um acontecimento histórico precisa ser estudado, exaustivamente, analisado em tôdas as suas causas próximas e remotas, tendo-se em vista o tempo que ocorreu e vendo-se a sua intercalação dentro de um quadro social e econômico. E não desenvolvido, ùnicamente, pela suposta ação de uma individualidade qualquer, que, para muitos, vem se tornar o centro, o fulcro de todo o seu desenrolar.

Os estudos da história, segundo Licínio Cardoso, são terrìvelmente complexos.

Entre um mundo de fatos e dados a coordenar e separar deve o estudioso distinguir aquêles que são mais importantes dos de menor valia e tirar suas conclusões depois de uma análise detida e minuciosa de tudo o que chega ao seu conhecimento. Sem praticar tudo isso tem-se, forçosamente, que realizar um trabalho medíocre, de mera compilação, superficial, sem os requisitos indispensáveis para operação intelectual de tanta magnitude.

Torna-se necessário o hábito de leituras constantes, pesquisas, apontamentos, notas, denotando curiosidade intelectual sempre insatisfeita e que seja a procura da verdade a causa de todo o esfôrço e trabalho. Convém ainda ninguém se reputar infalível em conclusões e observações, admitindo-se sempre a possibilidade de erros de maior ou menor escala, em face de novas descobertas, de novas pesquisas, de novos documentos.

Já se vê, de modo geral, que não é tão fácil assim escrever trabalhos de história.

Entretanto, muitos esquecem tais regras e atiram-se, heròicamente, à publicidade, arrostando, impàvidamente, a verdade, a justiça, o bom senso, a estética e a gramática...

Convém também ressaltar que espíritos utopistas como Rousseau e Tolstoi tinham prevenção contra o ensino da história, julgando-o inútil ou de pouquíssimo valor. Nada mais natural que tal opinião, pois é a história inimiga nata do sonho e dos devaneios sentimentais,

mostrando a ação do homem em tôda a sua brutal realidade, salientando tôdas as fraquezas e contigências humanas e não a realidade das cousas obscurecida por uma atmosfera rósea, irreal, puramente subjetiva.

Sobretudo depois da Revolução Francesa, os processos desonestos, na explicação dos fatos, tomaram largo desenvolvimento, não só pelos ódios e paixões políticas que estuavam, violentamente, como pela larga influência que teve o romantismo, que representou, em última análise, na literatura a mesma evolução que o movimento de 1789 tinha promovido, na ordem política.

Adveio de tudo isso uma verdadeira fúria iconoclasta contra todo o passado e o perigoso processo de julgar as cousas de outrora com a mentalidade da época que se estava vivendo. As instituições, usos e costumes não achavam explicação dentro das realidades sociais e econômicas e tudo era reputado errôneo e só digno das mais acres censuras.

Surgiu daí a história-panfleto, isto é, a explicação de fatos visando, a atacar e denegrir, sistemàticamente, e não a interpretação racional e lógica de pessoas e instituições.

No Brasil aquêles que clamam contra os erros da colonização portuguêsa querem julgar fatos passados com a nossa mentalidade, esquecidos que 400 anos de evolução histórica modificam muita cousa. É assim que ainda hoje se repete, por tôda a parte, que o Brasil foi colonizado por criminosos e degradados, sem verificar que tais degradados eram julgados transgressores da lei em outro panorama social e político, a ponto de haver deportações para o Brasil e outras colônias portuguêsas por faltas como alcovitar namoros de filha e dormir com mulher moura... E que degradados foram os réus da Inconfidência Mineira, como Tomaz Antônio Gonzaga e outros mais.

Por tudo isso pôde Eduardo Prado afirmar, com inteira razão, que "a história é feita de reparações salutares e de tardias justiças" (3).

Em represália à história-panfleto surgiu a história-panegírico, que padece dos mesmos erros e exageros de sua adversária. Não se admite nenhuma censura ou restrição a certos vultos da história e da literatura, que são "santificados" e se constituem autênticos tabus.

O brasileiro que não tem, em geral, muito senso crítico e que procura fugir, sistemàticamente, dos aspectos menos simpáticos da realidade das cousas, admira muito essa consagração ilimitada e, fugindo à análise e à crítica, se compraz em ver certos vultos do passado sob um prisma ilusório, sedutor e falso. Há muito quem pretenda, por exemplo, negar ou esconder os erros de Rui Barbosa, porque

(3) — *Eduardo Prado, "Coletâneas", 4º tomo, pág.* 98.

o ilustre brasileiro foi um grande escritor e defendeu, brilhantemente, certos ideais no Tribunal de Haia e na campanha civilista.

Julga-se até impertinência descabida, êrro, crime e não sei que mais assinalar os grandes erros cometidos por Rui Barbosa no Ministério da Fazenda, depois da proclamação da República, a sua atitude impertinente contra o gabinete do Visconde de Ouro Prêto e já houve até quem pretendesse justificar a insensata ordem que tomou em mandar queimar todos os documentos existentes em repartições públicas do Ministério da Fazenda sôbre a entrada de escravos no Brasil para que fôsse apagada aquela negra *mancha* na nossa história. Afirmou-se que Rui assim agiu para evitar que os fazendeiros arruinados pela abolição fôssem pleitear indenizações junto ao govêrno. Ora, se tôda a vez que alguém, justa ou injustamente, promove ação contra o poder público fôsse feito "um auto de fé" é possível que não restasse mais nenhum documento público nos arquivos da União, dos Estados e dos Municípios...

Disse uma vez Licínio Cardoso que os historiadores da abolição continuavam o romantismo dos abolicionistas. O ilustre escritor Conde Afonso Celso, tão arguto aliás em vislumbrar diversas causas da queda da monarquia, no Brasil, chegou a afirmar que era uma injúria ao povo brasileiro dizer que foi a lei de 13 de maio de 1888 um fator que contribuíu para o desaparecimento do regime monárquico no Brasil...

Os nossos políticos e administradores timbram em desconhecer a ação da terra e do homem, ontem como hoje. Agitam algumas teses jurídicas e constitucionais, mas fogem a 7 pés de problemas econômicos e sociais. Tanto isso é verdade que Oliveira Viana pôde afirmar, com inteira razão, que o brasileiro era um estrangeiro dentro de sua própria terra.

Fêz-se da abolição, a questão social mais grave que se agitou no Brasil-Império, um tema para digressões literárias e românticas. O seu modo de realização foi incrìvelmente imprudente, sem ser precedido de estatísticas, sem indenização e sem nenhuma medida para preparar o negro para a vida livre. Foi processada a abolição em 5 dias, sob uma chuva de discursos, versos e palmas. Entretanto, já um romancista romântico e partidário do abolicionismo, Bernardo Guimarães, em seu livro mais popular "A Escrava Isaura" já assinalava o perigo de uma abolição apressada e fêz do herói do seu romance um abolicionista prático, libertando os seus escravos, mas obrigando-os, durante algum tempo, a ficar trabalhando em suas fazendas sob o regime do salário.

No Brasil, país que libertou os escravos num prazo curtíssimo de 5 dias, levou-se 16 anos discutindo o Código Civil, ou seja, de 1899 até 1915, depois de diversos projetos elaborados e postos de parte. Êsse fato vem mostrar que damos cuidado e atenção à teses jurídicas, mas que

não temos escrúpulos dessa natureza quando nos defrontamos com problemas econômicos complexos, que exigem largo estudo, calma e ponderação.

Infelizmente somos exagerados nos louvores e vitupérios, desconhecendo o meio-têrmo, o bom senso, a serenidade em ver e aquilatar os fatos e as pessoas. Nada melhor que a leitura da imprensa do passado e da atualidade para sentirmos essa falta de cultura política, essa leviandade perniciosa de detratar as autoridades, o hábito funesto de tudo ver sob um prisma pessoal, desconhecendo os rudimentos de nossa realidade social e econômica.

Não é de admirar, pois, que se faça ora a história-panfleto, ora a história-panegírico ou a simplesmente anedótica, fugindo-se às lições da sociologia, às noções de economia e política internacional, aos princípios mais elementares da estatística e da geografia.

A guerra contra Rosas foi admiràvelmente bem dirigida e, por isso mesmo, durou pouco. Entretanto, na guerra do Paraguai, o Brasil foi pegado de surprêsa, teve que improvisar tudo da noite para o dia, e levou mais de 5 anos para vencer a campanha, porque subestimou, grosseiramente, os recursos do Paraguai. Os estadistas de então jamais cogitaram da hipótese de sermos agredidos, não obstante o Paraguia vir se armando, febrilmente, há muito tempo e ter tido sério incidente diplomático com o Brasil, em 1855, a ponto de estar iminente uma guerra com aquela república desde aquêle tempo.

Por uma lei geopolítica, sendo o Paraguai uma nação mediterrânea, era fatal a sua expansão para o oceano. Entretanto, muito se escreveu sôbre as supostas causas da guerra do Paraguai, algumas delas simplesmente irrisórias: D. Pedro II queria desviar para o exterior grandes problemas de natureza interna e negou a mão da princesa Isabel a Francisco Solano Lopez que queria ser imperador do Paraguai. E por isso veio a guerra...

Estudaram a guerra do Paraguai, em bases falsas, entre outros, Roquete Pinto, Euclides da Cunha, Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Carlos Maximiliano e todos os que se deixaram influir pela filosofia positivista.

No fim do Império fêz-se uma campanha tão injusta e falsa sôbre aquêle conflito armado, que, em 1931, o General Tasso Fragoso afirmou que conheceu veteranos daquela campanha que escondiam as suas medalhas, temerosos de que as novas gerações as considerassem como símbolos de opróbrio...

Nos começos da república de 1889, devido à nefasta influência do positivismo em nossa terra, era moda endeusar Solano Lopez e repetir que o Brasil fizera uma guerra injusta, sendo de notar que Euclides da Cunha, sempre tão arguto e nacionalista, veio julgar aquela porfiada campanha como sendo "uma página tristemente gloriosa" e "um

desvio de nossa história", embora fôsse profundo conhecedor de história e de geografia.

Nada poderia ser apresentado de mais sugestivo para corroborar a tese de que o período final do império, em nossa terra, foi semi-anárquico e que a geração de 1889 foi a mais desorientada que já viveu no Brasil.

O cutelo demolidor da inteligência e do bom senso em terras do Brasil tudo tem atingido.

Propala-se que se tivéssemos sido colonizados pela Holanda, hoje o Brasil seria uma grande potência. Defendeu-se Calabar. E, em 1937, houve um movimento, felizmente frustrado, de querer comemorar o tricentenário da chegada de Maurício de Nassau em Pernambuco. Hoje, por um equívoco funesto, ainda Recife é chamada de Mauricéia, como alguns jornais chamam os pernambucanos de maurícios...

Estudiosos do porte de Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Tôrres e, atualmente, o ilustre escritor Josué de Castro no seu notável e discutido livro "Geopolítica da fome" têm feito justiça à ação colonizadora do português em nossa terra, refutando um a um os argumentos falsos que negam ao português qualquer valor e eficiência no Brasil.

O exemplo atual da Guiana Holandesa e o fracasso dos holandeses no Oriente já deveriam ter convencido a muita gente que a colonização batava no Brasil baseada no comércio e n.o na agricultura e impondo uma religião que repugnava ao espírito do colono, foi um malôgro autêntico. O holandês não trazia famílias para o Brasil e nem procurava casar com brasileiras, a ponto de serem raras as famílias, em nossa terra, que tivessem ascendência flamenga.

É indispensável, pois, uma forte reação e um cuidado atento contra essa torrente de falsas idéias que procuram deturpar o nosso passado, dando uma errônea interpretação a todos os nossos valores e instituições.

Corromper e deturpar o passado de um país é prenúncio certo e infalível da completa ruína moral de uma coletividade. Quando escritores franceses procuram desmoralizar a excelsa figura de Santa Joana D'Arc, símbolo do patriotismo francês, julgando-a histérica e demente, a resposta mais eloqüente foi Dunquerque e a derrota fragorosa do povo francês na última guerra perante os alemães, não resistindo mais de 15 dias à investida dos exércitos de Hitler...

Tal opinião não significa um patriotismo inconsciente e sentimental, sem base e sem espírito crítico. Mas denota que não podemos fugir às lições da história, da tradição e da experiência acumulada, que é o valor mais positivo que se pode haurir do passado.

O programa de reabilitação histórica de vultos injustamente condenados é útil, mas tem que se processar com cautela e largo espírito

crítico. No caso de D. João VI, por exemplo, foi feito, de modo superior, por Oliveira Lima, em 1909. Reconheceu-se, plenamente, que as injustiças praticadas contra o benemérito soberano português mereciam pronta correção. Mas com outras pessoas de relêvo histórico redunda em esfôrço vão, como nas tentativas feitas para reabilitar Luiz XVI. Torna-se evidente a incapacidade do malogrado soberano francês, que nunca estêve à altura do seu papel, a não ser na fase ingrata do ostracismo, quando revelou conformação e soube morrer, corajosamente. Mas, tudo isso não é suficiente para reabilitá-lo como chefe de estado e nem pode justificar o processo do calor e a fuga de Verennes.

Outro êrro grave é a unilateralidade na apreciação dos fatos. Muitas vêzes só se vê uma causa, um fator, um homem. Já se tentou interpretar a história através da ação de um único indivíduo. Stefan Zweig, por exemplo, afirmou que sem os desperdícios e leviandades de Maria Antonieta não teria sido possível a Revolução Francesa. Conferiu-se um papel predominante a Napoleão Bonaparte, que se tornou o centro de convergência de tôda a história da Europa e da França, não se observando que surgiu no fim de uma revolução, que a sua ditadura foi uma reação inevitável contra a anarquia que surgiu após 1789 e que encarnou o imperialismo francês na luta contra a Inglaterra pela hegemonia mundial.

IV — O BRASIL REAL E O BRASIL OFICIAL

Temos o mau hábito de supervalorizar a ação dos governos e a eficácia das leis, acreditando-se que códigos e regulamentos, por si sós, têm fôrça para se impor a tudo e a todos, bastando que sejam promulgados. Êsse preconceito é o chamado "bovarismo jurídico".

Desde 1822 que as elites políticas cada vez se distanciam mais do sentir íntimo de nosso povo, criando normas e instituições inteiramente fora da nossa realidade social e econômica.

O hábito de imitar instituições estrangeiras vem de longe. No Império tivemos o parlamentarismo inglês e, na república, o regime federativo dos Estados Unidos, ambos copiados e traduzidos para o Brasil.

Quando Euclides da Cunha afirmou que o sertão estava distanciado do litoral por 4 séculos de civilização, frisou o contraste incomensurável do Brasil oficial para o Brasil real.

Enquanto sustentamos um aparelhamento oficial caríssimo e deficiente, vive o interior completamente abandonado, desprovido de recursos, parecendo ser outro país, tal é o contraste frisante entre o litoral e o sertão.

O ilustre escritor Sílvio Romero assim resumiu o estado real do Brasil: "Os nossos costumes políticos são uma das mais curiosas chagas que nos degradam".

"Não existe, talvez, na terra, povo que menos cure de seus interêsses, de suas necessidades, de sua vida real, em suma. Não há por enquanto povo que tenha menos senso político, menos ideais de nação, menos consciência de seus destinos. Não existe, entretanto, povo em que se fale mais em política. Parece um paradoxo, mas não é. É uma anomalia, não há dúvida, mas uma anomalia perfeitamente explicável".

"As gentes brasileiras, do extremo norte ao extremo sul, de alto a baixo, desde as fronteiras das Guianas, da Venezuela e Colômbia até aos limites com o Estado Oriental, formam, no geral, coleção de clãs comunários, nos quais o indivíduo não tem a mais leve sombra de iniciativa e de espírito particularista".

"As tendências comunárias dos índios, dos negros e dos portuguêses desenvolveram-se largamente, desassombradamente, nas regiões brasílicas".

"As gentes vivem tôdas em tôrno dum chefe, dum patrão, dum protetor, dum guia. Todos têm o seu homem".

"Os fazendeiros, quer nas fazendas de café, quer nas de criação, os senhores de engenho, os chefes de partido, as influências locais, os negociantes ricos das vilas e cidades, em vários pontos os vigários das freguesias, os juízes de direito, os advogados de renome, os médicos espertos, em certas paragens, todos êles são como chefes de clãs em tôrno dos quais vivem estas populações por êste Brasil em fora".

"Os trabalhos da lavoura, da criação, da mineração, das indústrias são pouquíssimo desenvolvidos. A maior parte da população brasileira moureja desequilibrada e consumida por um completo pauperismo. Um quinto, senão menos, trabalha para alimentar os outros quatro quintos. O recurso geral é a política, a verdadeira política alimentária, tão cruamente descrita pela escola social de Le Play e seus eminentes discípulos. Os partidos, as instituições nas freguesias, nos municípios, nas comarcas, nas províncias, hoje Estados, na União, tôdas as associações, todos os cargos públicos, em número incalculável, não têm outro destino, não exercem outra função: seu fim é dar meios de vida a uma clientela indefinida".

"O Estado não tem por alvo próprio a manutenção da ordem e a garantia da justiça; seu papel preponderante é alimentar a população por todos os meios imagináveis, com as malhas de um funcionalismo inumerável".

"Quando não é o emprêgo direto nas repartições públicas são as comissões, para os grandes, as pensões, as gratificações sob títulos vários, as obras públicas de tôda a casta para o operariado".

"Nestas condições, não é de estranhar que a política preocupe os

brasileiros, mas a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores". (4).

A anarquia política e administrativa em que se debate o Brasil outra cousa não é senão uma conseqüência de sua desorganização social e econômica.

Daí o artificialismo congênito de nossas instituições políticas, quer no império, quer na república, sendo que, na monarquia, havia mais estabilidade porque o Imperador não dependia de eleições, enquanto que, na república, nada detém ou pode deter o partidarismo político.

Enquanto a maioria do povo brasileiro se debate em um pauperismo crônico, os políticos agitam questões bizantinas e inócuas tais como voto direto, voto secreto, voto por lista, e, atualmente, o voto dos analfabetos, pouco ou nada fazendo para minorar e deter a crise econômica, que se avoluma dia a dia, conforme é público e notório.

Alberto Tôrres, nome criminosamente esquecido em nossos dias, grande pensador e sociólogo, já observava os males gravíssimos do Brasil nestas candentes palavras: "Trabalhar para garantir aos brasileiros de hoje e à sua prole as bases, pessoais e sociais, da segurança, do bem-estar e da prosperidade, para que perpetuem a sua estirpe, é nosso dever patriótico e nosso dever humano".

"A esta razão acresce outra prática. É evidente que A NOSSA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E JURÍDICA ENCOBRE A REALIDADE DE UMA PROFUNDA DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA. Êste Estado não é uma nacionalidade; êste país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos, não são pessoas, não são valores. Tudo quanto por êles se faz é dar-lhes má e insuficiente instrução. Ora, nós carecemos alcançar a linha da civilização contemporânea; e para sustentar a posição de donos de nossa casa, suprir as lacunas do passado e preencher as condições do presente, ficar atentos às tendências e às surprêsas do futuro. Êste trabalho tem de ser feito hoje ou daqui a vinte anos, quando nos dispusermos a preparar uma nação; enquanto o não fizermos, estaremos sacrificando, com as gerações contemporâneas, a geração de vinte anos depois, porque a sorte desta depende do que houver feito a que a precedeu. Ora, em nosso tempo, vinte anos de desídia, na política de um país, decidem de sua sorte, podendo anulá-lo, ou, pelo menos, submetê-lo, definitivamente, senão ao domínio político estrangeiro, à po-

(4) — *Sílvio Romero, "História da Literatura Brasileira", 5º tomo, 3a. edição aumentada, Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro,* 1943, *págs.* 49 e 50.

sição subalterna de um simples logradouro comercial e industrial".(5).

Em outra passagem de seu livro "A Organização Nacional" Alberto Tôrres compendia alguns dos erros mais graves do Brasil: Abolição, sem organização do trabalho, sem assistência ao prêto e sem cuidado por sua educação; Independência, sem organização da nacionalidade; República, sem verdade representativa e sem educação popular.

Entretanto, cousa curiosa se observa. Todos criticam o govêrno, os desmandos, as ilegalidades, os roubos, os abusos. Mas poucos se lembram de que o nosso povo, até hoje, não soube ainda tentar nenhuma saída ou encontrar solução para seus problemas mais imediatos.

Na Monarquia, o bode expiatório era o Poder Moderador. Na República, especialmente depois do suicídio do Presidente Getúlio Vargas, foi moda endeusar o parlamentarismo, como panacéia milagrosa da solução salvadora. Esquecemos muito depressa que o parlamentarismo, no tempo do império, era uma flor de estufa e que os deputados abusavam da retórica e de declamações enfáticas e palavrosas, deixando ao deus-dará os problemas mais urgentes imediatos do país.

Da incomensurável leviandade do parlamento imperial basta que se cite o exemplo da abolição feita no prazo curtíssimo de cinco dias.

Tirando Tavares Bastos e um ou outro mais, os críticos do Império eram superficiais e retóricos, fazendo mais jôgo de palavras que análises e observações de profundidade.

Ferreira Viana, por exemplo, um dos coveiros mais legítimos do regime imperial, depois de comparar D. Pedro II a Calígula, responsabilizou o Imperador por tudo de errado que existia na política brasileira. E muitos outros seguiam essa mesma bitola, jurando, por todos os santos e santas do paraíso, que o mal número um do Brasil era o Poder Moderador.

Hoje, há quem transfira todo êsse "acêrvo de males" para o presidencialismo, com a mesma superficialidade que caracterizou os críticos do Império. É forçoso convir que, embora desaparecido como corrente literária, o romantismo assentou arraiais na política, de onde tão cedo promete não ser desalojado de suas posições... E o parlamentarismo é a última encarnação do romantismo político no Brasil...

Há, entre nós, um incômodo, um mal-estar pouco dissimulado em ver a realidade brasileira em seus aspectos mais dolorosos. E surgem explicações que nada adiantam: Canudos já foi julgado um movimento monarquista e a guerra dos balaios já foi apresentada como uma simples reunião de ladrões e salteadores. E, assim por diante, mostrando quão se conhece mal a terra e o homem no Brasil, a ponto de

(5) — *Alberto Tôrres, "A Organização Nacional", Companhia Editôra Nacional, São Paulo,* 1933, *págs.* 297 *e* 298.

Oliveira Viana afirmar que o brasileiro era um estrangeiro dentro de sua própria terra e Euclides da Cunha dizer que vagueávamos como sonâmbulos num verdadeiro exílio subjetivo dentro de nossa própria pátria...

A propósito, comenta o malogrado escritor Licínio Cardoso: "O descaso em não lastrar a nossa história com os condicionamentos ditados pela geografia tem sido, além de geral, sobremodo grave. Isso explica, muitas vêzes, o paradoxal de nossa história pátria ser melhor aprendida nos livros gerais sôbre o Brasil do que, pròpriamente, nos compêndios de seus historiógrafos... Não exagero, não devaneio. Ao contrário específico a anomalia esdrúxula, invocando exemplos valiosos: a *memória* de Martius mais útil do que a *história* de Armitage; a *obra política* de Tavares Bastos muito mais clara do que a *história pomposa e fictícia* de Pereira da Silva; o *comentário* de Euclides (Da Independência à República) muito mais verdadeiro do que o *relato histórico* de Nabuco, de um trecho largo do 2º reinado... e mais ainda, para tornar contemporâneo o exemplo: num simples volume de Oliveira Viana (Evolução do Povo Brasileiro) aprenderá mais o leitor inteligente do que nos dez tomos alentados da *História* de Rocha Pombo... (6).

Tais falhas há muito que são estudadas por alguns espíritos superiores, que, infelizmente, cada vez mais ficam confinados pela incompreensão do meio.

O artificialismo da vida política contrasta, em ritmo crescente, com a dolorosa realidade nacional.

Já Alberto Tôrres observava: "O Brasil é um país que nunca foi organizado e está cada vez menos organizado". (7)

Não é de admirar, pois, que vivendo o nosso povo em um estado de quase anarquia, com instituições fora do quadro social e econômico do país, a nossa política seja o que é: uma luta de partidos pela posse do poder em benefício de seus clientes.

A nossa desorganização crônica ainda não permitiu descortinar um horizonte mais vasto.

Tivemos u'a monarquia sem monarquistas, somos hoje uma república sem republicanos e amanhã iremos ter um socialismo sem socialistas...

Continuam os partidos políticos a constituir "simples agregados de clãs destinados a explorar em comum as vantagens do poder", na genial definição de Oliveira Viana, que, infelizmente, ainda hoje goza da mais invejável atualidade...

---

(6) — *Vicente Licínio Cardoso, À margem da história do Brasil, Companhia Editôra Nacional, S. Paulo*, 1938, 2a. *edição, pág.* 233.

(7) — *Alberto Tôrres, "A Organização Nacional", pág.* 229.

Observa Gilberto Freyre que, no período republicano, diminuíu a honestidade dos políticos e o decôro dos parlamentos, embora os seus estadistas tivessem mais senso prático em atacar alguns problemas concernentes ao progresso material.

Entretanto, a improbidade administrativa veio aumentando em escala alarmante, justificando, plenamente, o que Alberto Tôrres proclamou, desassombradamente, nestes têrmos: "A OLIGARQUIA DEMOCRÁTICA EXPLORA A VIDA PÚBLICA, NO BRASIL, COM O MESMO DESEMBARAÇO QUE OS SENHORES PUNHAM EM EXPLORAR OS SEU VASSALOS". (8)

Os governos depostos, no período republicano, foram abandonados com a mesmíssima facilidade com que D. Pedro II foi apeado do poder.

Vivemos em um tal estado de anarquia, temos ainda uma concepção política tão rudimentar, que vultos dos mais notáveis de nossa história só têm sabido defender o govêrno quando estão no poder.

Feijó, na regência, esmagou com mão de ferro as revoltas que surgiam e, em 1842, tomou parte na ingratíssima sedição dêsse ano.

O Marechal Floriano Peixoto abandonou o Visconde de Ouro Prêto e o Marechal Deodoro da Fonseca, sem nada fazer para defender a autoridade ameaçada. Mas quando foi presidente da república soube abafar a revolta da esquadra e a revolta federalista no Rio Grande do Sul.

Artur Bernardes, no poder, combateu, enèrgicamente, os revolucionários e foi depois um dos chefes da revolução de 1930.

E assim por diante...

O nosso povo vive como todo sebastianista que se presa, aguardando um salvador, como tanto se observa em época de eleição e em certos movimentos políticos, alguns dêles apresentando o seu Messias, o homem providencial que há de nos salvar... fenômeno típico e característico dos povos comunários, como já salientou, agudamente, o grande sociólogo Sílvio Romero. Mas pouco ou nada têm empreendido para resolver problemas e dificuldades, tudo esperando da ação do govêrno.

Já dizia Alberto Tôrres: "O Brasil é um país que não produz o suficiente para alimentação do seu povo, sendo a alimentação popular escassa e má; grande massa do povo brasileiro consta de bandos misaráveis e nômades, em processo quase de eliminação, e de proletários irregulares, sem preparo para o trabalho, a educação é quase nula, na maioria dos Estados, mal orientada em todo o país; não temos estatística e tanto basta para nos colocar em nível inferior, na escala das civilizações; nossa cultura superior, notável no número dos

(8) — Idem, idem, pág. 252.

estudiosos e na vastidão da erudição de alguns, está longe de corresponder ao estado de cultura dominante nos países adiantados, onde se encontra um escol de homens dotados do conjunto de conhecimentos, e com a educação das faculdades práticas e racionais, necessárias à direção da opinião e à solução dos problemas gerais" (9).

Os estudiosos de história têm, nos dias de hoje, u'a imensa responsabilidade. Dar uma interpretação profunda do nosso passado e saber eqüacionar os problemas atuais, seguindo, com as correções inevitáveis do tempo, as lições de Tavares Bastos, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Pandiá Calógeras, Alberto Tôrres, Licínio Cardoso, Visconce de Ouro Prêto, Taunay, Couto Magalhães, D. Luiz de Bragança, Afonso Arinos, Eduardo Prado, Farias Brito, Cairu, Carlos de Laet, Olavo Bilac, Sílvio Romero, Andrade Figueira, João Lisboa, Oliveira Lima, Barão do Rio Branco, Padre Júlio Maria, Antônio Tôrres, Jackson de Figueiredo, Oliveira Viana, Padre Leonel Franca e alguns outros intemeratos defensores do bom senso e do interêsse nacional.

Nessa tarefa de retificação é possível que, pelo menos, durante muito tempo haja incompreensão dêsse esfôrço e dêsse sacrifício em prol do futuro de nossa pátria. Mas tenhamos fé em nossas crenças e ideais e nos valores supremos da cultura e da inteligência!

---

(9) — Idem, idem, pág. 242.